



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Administração Pública
para os devidos fins.

Em 5 / 4 / 16

PIP Augusto
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado GEORGIANO
NETO
para relatar.

Em 5 / 4 / 16

[Assinatura]
Presidente Comissão de Administração
Pública



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GAB. DEPUTADO GEORGIANO NETO

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
E POLÍTICA SOCIAL**

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº. 35, DE 04 DE ABRIL DE 2016,
QUE:

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 23, DA
LEI Nº. 5.519, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005,
QUE “DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE
ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: DEP. JOÃO MADISON

RELATOR: DEP. GEORGIANO NETO

I – RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei é de autoria do nobre Deputado João Madison, e tem como escopo somente alterar a Lei Estadual nº. 5.519/2005, dando nova redação ao parágrafo único do art. 23.

Impende ressaltar que essa proposição já fora examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer favorável a sua aprovação por unanimidade.

Entretanto, verificou-se que também cabe a essa Comissão de Administração Pública e Política Social, nos termos regimentais, analisar essa proposição.

II – VOTO DO RELATOR

Dessa forma, passo a emitir o meu parecer sobre essa proposição, na forma do artigo 61 do Regimento Interno da Casa.

Como já mencionado anteriormente, quando da análise jurídica da proposição, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o parecer por sua constitucionalidade.

Assim, vistos todos os permissivos legais dessa proposição e não havendo a meu ver qualquer ato contrário ao interesse público, indago ser razoável a aprovação desse Projeto de Lei também nessa comissão.

Destaco, ainda, que a proposição não recebeu emendas até o momento atual.

Ante ao exposto, voto pela aprovação desse Projeto de Lei ao tempo em que submeto aos demais membros desta comissão para discussão e votação dessa matéria:

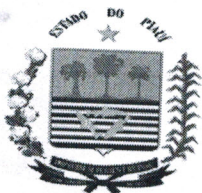
III – PARECER DA COMISSÃO

- i. **Pela aprovação**
- ii. Pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 05 de abril de 2016.



Dep. GEORGIANO NETO
Relator



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GAB. DEPUTADO GEORGIANO NETO

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL

em, 13 / 11 / 15

Presidente da Comissão de

Administração
Pública

JUSTIFICATIVA

Srs. Deputados,

A proposição visa acrescentar parágrafo único ao artigo 23 da Lei 5.519, de 13 de dezembro de 2005, de forma a estabelecer que caberá a Secretaria da Fazenda a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público para fins de celebração dos Termos de Parceria pelos entes e órgãos da Administração Pública estadual.

Observa-se que a Lei nº 5.519/2005 dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais – OS, contudo, em seu artigo 23 cuida da Organização da Sociedade Civil de interesse Público – OSCIP que se tratam de institutos jurídicos distintos, com requisitos distintos para a qualificação e que se relacionam com a Administração Pública, através de instrumentos distintos. Para o OS o artigo 5º da referida lei dispõe: “A qualificação da entidade como Organização Social dar-se-á por ato do Governo do Estado” enquanto para as OSCIP’s previsão era para que se observasse o disposto na Lei Federal nº 9.790/99, de 23 de março de 1999, sem estabelecer, no âmbito estadual, a quem compete tal qualificação. Com efeito, sem essa previsão, não haverá aplicabilidade ao art. 23 da lei 5.519/2005, posto que não se poderia reclamar o reconhecimento como OSCIP.

Dessa forma, o parágrafo único proposto tem por finalidade atribuir no âmbito do Estado do Piauí a quem compete qualificar as entidades interessadas como OSCIPs.

DEP. GEORGIANO NETO
RELATOR